

José Cruz/Senado Federal



Valter Pereira e Acir Gurgacz (ambos ao centro) ouviram Alexandre Imenez (Ministério da Justiça), Ophir Cavalcante (OAB), Paulo Henrique Silva (AMB) e Gláucio Gonçalves (Ajufe)

Debate aponta importância de novo Código de Processo Civil

Na primeira audiência pública da comissão que estuda a reforma do CPC, especialistas defenderam a necessidade de ajustes na proposta elaborada por grupo de juristas. **6**

Limite de crédito é ampliado para estado investir na Copa

Projeto de Arthur Virgílio aprovado ontem oferece, segundo o líder do governo Romero Jucá, "condições para os estados contratarem empréstimos rapidamente, possibilitando as obras para a Copa do Mundo"

O Senado aprovou ontem projeto de resolução que flexibiliza os limites das operações de crédito interno e externo destinadas a financiar a infraestrutura para a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. O projeto, de Arthur Virgílio, foi votado na Comissão de Assuntos Econômicos e a seguir em Plenário. Durante o debate, o líder do governo Romero Jucá salientou a importância do projeto por dar "as condições para os estados contratarem empréstimos rapidamente, possibilitando as obras para a Copa do Mundo". **5**



Márcia Kallume/Senado Federal

Ao lado de Jayme Campos (E), o senador Delcídio Amaral preside a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos em que o projeto foi aprovado ontem

Plenário vota adicional por exposição a violência **4**

CCJ ouve servidor em reunião reservada **7**

Eleitor não aceita corrupção, diz DataSenado **8**

Jane Araújo/Senado Federal



Orçamento de 2011 prevê salário mínimo de R\$ 538,15

Proposta entregue ontem por Paulo Bernardo ao presidente José Sarney considerou apenas a variação do INPC, já que o PIB não cresceu em 2009. **3**

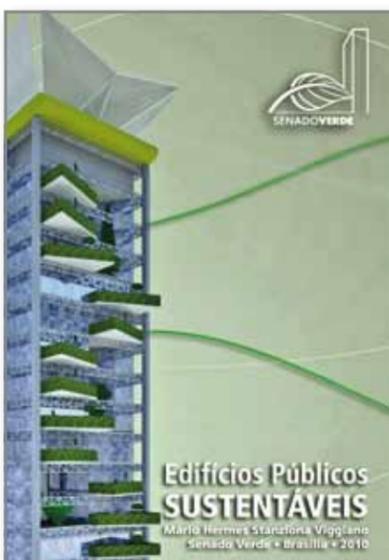
Paulo Bernardo (E), José Sarney e Gim Argello, relator do projeto de lei orçamentária de 2011: despesa global de R\$ 1,28 trilhão

A publicação será apresentada na Conferência Internacional do Green Building Council, entidade que promove boas práticas ambientais na área de construção civil

Senado Verde lança cartilha sobre edifícios sustentáveis

O PROGRAMA SENADO Verde preparou uma cartilha sobre edifícios públicos sustentáveis para ser apresentada durante a primeira edição brasileira da Conferência Internacional do Green Building Council, que será realizada em São Paulo, de hoje a sexta-feira, na sede da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio).

O evento vai reunir mais de 40 palestrantes e se destina ao debate da aplicação de conceitos de sustentabilidade na área da construção civil. Serão abordados temas como sustentabilidade, estudos de casos, tecnologia e novas alternativas para a construção civil.



A cartilha, desenvolvida pelo arquiteto e servidor do Senado

Mario Viggiano, aborda temas específicos como a questão das compras sustentáveis e a importância do gestor público conhecer o conceito das construções verdes. A publicação também mostra como os investimentos em sustentabilidade podem se reverter em economia para o órgão público.

O Green Building Council é uma entidade internacional que promove as boas práticas ambientais na construção civil. Segundo especialistas, o movimento chamado "construções verdes" vem se consolidando no mercado global da construção civil e apresenta números promissores para os próximos anos.

Servidores têm trabalhos acadêmicos premiados

Cinco monografias de graduação e pós-graduação, três dissertações de mestrado e duas teses de doutorado serão publicadas na 1ª Coleção de Teses, Dissertações e Monografias de Servidores do Senado Federal. A divulgação das obras selecionadas foi feita ontem em cerimônia realizada na Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho.

No total, 55 trabalhos foram analisados pela comissão examinadora. Para o responsável pelo concurso e vice-presidente da comissão, Florian Madruga, o projeto valoriza os servidores da instituição.

– Este evento demonstra um novo tempo para o Senado, em que é fundamental o reconhecimento dos servidores para escrevermos a história desta

Casa – disse.

Para o diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra, o projeto garante o reconhecimento acadêmico dos servidores. Segundo ele, os contemplados neste concurso poderão ser convidados a participar da avaliação dos trabalhos em futuras edições.

– Temos vivido um tempo de transformação nesta Casa, e não há nada melhor do que direcionarmos nossa atenção para aqueles que realmente possuem importância dentro da instituição – comentou.

Os servidores que tiveram trabalhos de graduação ou pós-graduação selecionados foram Arlindo Fernandes de Oliveira, Carlos Eduardo Cruz, Luiz Carlos de Freitas, Walesca Borges da Cunha e Flávia

Cristina Mascarenhas. Por suas dissertações de mestrado, foram escolhidos Mellina Bernardes, Paulo Fernando Souza e Thales Chagas Coelho. Na categoria doutorado, os autores premiados foram Ana Lucia Novelli e Maria Claudia Drummond.

Os trabalhos acadêmicos foram analisados de acordo com a relevância e a atualidade dos temas escolhidos, a contribuição para a área de conhecimento e a qualidade do texto.

A Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado (Seep) publicará os trabalhos, com tiragem de 500 exemplares cada um, sendo 50 reservados aos autores. Todas as obras inscritas serão disponibilizadas em versão impressa e digital pela biblioteca da Casa.



Diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra acredita que o projeto garante o reconhecimento acadêmico dos servidores do Senado

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Diploma para Jornalismo

14h Na pauta da sessão deliberativa, consta projeto que restabelece diploma de curso superior de Comunicação Social para o exercício da profissão de jornalista.

Presidência Presidente da Colômbia

11h O senador José Sarney recebe o presidente do Incra, Rolf Hackbart. Às 13h, no Palácio do Itamaraty, participa de almoço oferecido ao presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos. Encontra-se, às 15h15, com o dirigente colombiano. Às 16h, preside a ordem do dia.

CCT Legislação eleitoral

8h30 A Comissão de Ciência e Tecnologia analisa proposta que altera a legislação eleitoral para criar novas regras para as campanhas políticas a partir de 2012. Entre outras, proíbe a pintura de muros e paredes externas de bens particulares, mas permite a fixação de faixas e cartazes nas paredes externas desses imóveis. Os senadores também elegem o vice-presidente da comissão.

Mercosul Política de gênero integrada

9h A adoção de políticas integradas sobre questões femininas está na pauta da reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul. Às 14h30, reunião entre diplomatas brasileiros e parlamentares que integram a Comissão de Assuntos Internos, Segurança e Defesa do Parlasul.

CPC Código de Processo Civil

9h Debate sobre a reforma do Código de Processo Civil com os presidentes das associações nacionais dos Procuradores da República, Antonio Carlos Bigonha; dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Luciano Athayde Chaves; e dos Membros do Ministério Público, César Bechara Nader Mattar Júnior.

CDH Deficientes visuais

10h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa examina, entre os 31 itens da pauta, projeto que trata de procedimento a ser adotado pelos cartórios no atendimento às pessoas com deficiência visual e o que dá prioridade de tramitação às causas judiciais de pessoas com deficiência.

CCJ Crime hediondo sem condicional

10h Os condenados por crimes hediondos deverão cumprir mais tempo de pena para poderem deixar a prisão em liberdade condicional. A proposta está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça. Antes, exame da indicação de Cleonilson Nicácio Silva para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar.

CE Universidades comunitárias

10h Audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre a situação das universidades comunitárias. Foram convidados, entre outros, representantes das associações Brasileira das Universidades Comunitárias, Vilmar Thomé; e Catarinense das Fundações Educacionais, padre José Marinoni.

Parceria Compromisso de parceria

10h O Senado e a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais firmam parceria para impressão do *Jornal Unale*. O protocolo será assinado por Heráclito Fortes (DEM-PI) e pela deputada estadual Aparecida Gama.

CAS Serviços de saúde infantojuvenis

11h O primeiro projeto em análise na Comissão de Assuntos Sociais disciplina os serviços de saúde para crianças e adolescentes oferecidos pelos planos e seguros privados. A matéria, que institui política de assistência a essa faixa da população no âmbito do Sistema de Saúde Suplementar, é um dos 36 itens com decisão terminativa na pauta da comissão.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Sarney destaca papel do Parlamento ao receber representantes de mídias sociais

Um grupo de participantes de redes sociais, *blogs* e *sites* na internet esteve na manhã de ontem com o presidente do Senado, José Sarney. Eles vieram conhecer o dia a dia do Parlamento, acompanhar o esforço concentrado do Plenário e ver de perto a campanha publicitária "Seu voto faz o Congresso", criada pela Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs).

A campanha multimídia de valorização do voto é focada nos altos índices

de abstenção e de votos não válidos para os cargos de deputado federal e de senador. A Secs, inclusive, lançou no Twitter o perfil @vocenosenado com o objetivo de mostrar a importância do trabalho do senador para o país e o cidadão.

Na conversa com os blogueiros e twitteiros, Sarney – entusiasta das novas tecnologias da informação – falou sobre o papel do Parlamento e a importância das mídias sociais na democracia.

Presidente da Colômbia chega ao Brasil e à tarde visita o Senado

O presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, chegou ao Brasil para a sua primeira visita ao exterior desde que assumiu o governo, em 7 de agosto. Ele será recebido às 15h pelo presidente do Senado, José Sarney, no Salão Nobre.

A escolha do Brasil como destino da sua primeira visita oficial indica a prioridade adotada por Santos para as suas relações com a América do Sul.

Durante entrevista coletiva no início da semana, a ministra de Relações

Exteriores da Colômbia, María Ángela Holguín, classificou a viagem ao Brasil como uma visita a um sócio estratégico, muito importante para o seu país, a partir da qual se poderá ampliar o diálogo bilateral não apenas político, mas também nas áreas de comércio e de investimentos.

– Por sua importância estratégica regional, o Brasil é um grande sócio para a Colômbia – afirmou a chanceler, segundo o *site* da Presidência colombiana.

Papaléo cobra recursos federais para o Amapá



Papaléo Paes

Papaléo Paes (PSDB-AP) cobrou da tribuna a destinação de recursos federais para o Amapá como compensação pelo fato de 58% do território do estado ser ocupado por reservas indígenas e áreas de preservação e conservação ambiental. A economia local, disse, precisa de recursos federais que possibilitem o investimento em projetos de desenvolvimento sustentável em benefício da população nativa.

O senador defendeu a aprovação de duas propostas de sua autoria que poderiam beneficiar o estado. Um dos projetos (PLS 319/05), que aumenta o volume de recursos para o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), aguarda exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A outra proposição, já enviada à Câmara dos Deputados, altera a lei que criou o FNMA, dando prioridade a projetos destinados a municípios que tenham parte de sua área dentro de parques nacionais.

Papaléo pediu aos estudantes secundaristas presentes à sessão que ouçam com atenção as propostas dos candidatos e não acreditem em falsas promessas.

Paim comemora decisão do STJ a favor de idosos



Paulo Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) comemorou a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que manteve em dez anos o prazo para usuários com mais de 60 anos entrarem na Justiça com ações coletivas pedindo a devolução de valores em função de aumentos abusivos aplicados por planos de saúde.

Em recurso ao STJ contra ação civil pública movida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a Amil Assistência Médica alegou que o direito à devolução requerida estaria prescrito pelo Código de Defesa do Consumidor. Mas a relatora da ação, ministra Nancy Andrighi, entendeu que o prazo aplicável é de dez anos, conforme o Código Civil. Assim, o STJ manteve a decisão anterior do Tribunal de Justiça do DF que limitou a 80% o reajuste dos planos da Amil, que previam uma variação de 165%.

– As administradoras de planos de saúde têm que ter em mente que os idosos não estão desamparados – disse Paim.

Ele destacou ainda pesquisa do IBGE indicando queda no desemprego no país, de 7% em junho para 6,9% em julho.

Projeto do governo propõe reajuste pela inflação, o que elevaria o mínimo de R\$ 510 para R\$ 538,15. Paulo Bernardo afirma que decisão final caberá à equipe do candidato que vencer as eleições em outubro e ao Congresso



Os ministros Alexandre Padilha (E), das Relações Institucionais, e Paulo Bernardo, do Planejamento, entregam proposta orçamentária ao presidente do Senado, José Sarney

Orçamento para 2011 não inclui aumento real para salário mínimo

O PROJETO DE Orçamento para 2011 determina a correção apenas pela inflação para o salário mínimo que vai vigorar a partir de 1º de janeiro do ano que vem. Com a incorporação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) prevista para este ano, o valor será corrigido dos atuais R\$ 510 para R\$ 538,15. A informação foi dada ontem pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, logo depois de encontro com o presidente do Senado, José Sarney, para a entrega da proposta orçamentária para exame no Congresso.

Ao ser questionado se o salário mínimo ficaria sem aumento real, Paulo Bernardo reiterou que o governo se limitou a aplicar a regra que vinha sendo aplicada nos últimos anos – a correção pela inflação do ano anterior àquele que é dado o reajuste somada ao crescimento do produto interno bruto (PIB) do ano anterior ao da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Como o PIB de 2009 foi negativo, o reajuste apenas reflete a variação da inflação.

Entretanto, a LDO de 2011, em que foram definidos parâmetros para a elaboração do projeto de Orçamento, previu que este deveria assegurar recursos necessários ao atendimento da política de aumento real do salário. Pelo texto, esse aumento deve resultar de negociações com as centrais sindicais.

Em tese, portanto, os novos valores ainda devem ser acertados e incorporados ao projeto pelo relator do Orçamento, senador Gim Argello (PTB-DF). O ministro, no entanto, evitou

comentários sobre os novos movimentos em relação ao valor definitivo no salário mínimo, decisão esperada para depois das eleições, com participação de interlocutores indicados pelo candidato que sair vitorioso na disputa presidencial. E procurou enfatizar as vantagens da manutenção da política atual no longo prazo.

– Eu acho que é uma regra coerente e que, se seguida ano a ano, vai garantir aumento real constante para o salário mínimo – disse Paulo Bernardo.

O ministro informou que durante o mês de outubro enviará ao Congresso dados atualizados sobre o crescimento do país em 2010, já que a proposta orçamentária baseou-se em uma variação de 5,5% do PIB neste ano. Já há, porém, estimativas do governo que apontam crescimento maior. Paulo Bernardo considerou que, para 2012, por exemplo, os dados permitem prever um aumento mais substancial para o salário mínimo. Isso porque, salientou, o Ministério do Planejamento já previu que o PIB de 2010 – que regulará a correção para 2012 – deverá crescer em torno de 7%.

Paulo Bernardo disse ainda esperar que a próxima equipe de governo possa assumir em 1º de janeiro de 2012 com a proposta já aprovada pelo Congresso.

– Será um desastre se o Parlamento não tiver votado, e os parlamentares sabem disso, mas vai ser votado sim, com certeza – comentou.

Esta é a última proposta orçamentária do governo Lula e vai passar pelo crivo do Congresso e da equipe de transição do presi-



dente a ser eleito em outubro.

As despesas somam R\$ 1,94 trilhão, dos quais R\$ 913,9 bilhões referem-se às despesas primárias e o restante a gastos com o pagamento da dívida pública federal.

As despesas obrigatórias devem alcançar em 2011, segundo a previsão do governo, R\$ 551,2 bilhões, contra R\$ 498,4 bilhões para este ano, com base na última avaliação do ministério. As despesas mantêm-se no mesmo patamar do PIB – 14,14% neste ano e 14,16% em 2011.

No caso da receita líquida da União – o que fica após as transferências legais e constitucionais –, a variação é mais significativa entre os dois anos. Para 2011 ela foi estimada em R\$ 802,8 bilhões na proposta orçamentária, ou 20,62% do PIB, contra R\$ 708,2 bilhões projetados para este ano (20,09% do PIB).

A meta de resultado primário é a fixada pela LDO: R\$ 125,5 bilhões para o setor público e R\$ 81,8 bilhões para o governo central (Tesouro Nacional e INSS). Esse número representa

3,22% do PIB.

Quando enviou o projeto da LDO, em abril, o mesmo valor equivalia a 3,3%. A diferença (0,08 ponto percentual ou R\$ 3,1 bilhões) decorre da previsão de crescimento do PIB para o próximo ano. A primeira estimativa, contida na LDO, era de R\$ 3,802 trilhões. A proposta orçamentária prevê R\$ 3,892 trilhões.

Os investimentos públicos também cresceram na proposta orçamentária e alcançaram R\$ 159,6 bilhões – R\$ 52 bilhões dos orçamento fiscal e da seguridade e R\$ 107,5 bilhões das estatais. Em 2010, o valor disponível para investimentos é de R\$ 138,5 bilhões, segundo o ministério.

O projeto do Poder Executivo agora será encaminhado para a Comissão Mista de Orçamento (CMO), que decidirá também sobre as emendas a serem sugeridas pelos parlamentares. O parecer da CMO será depois levado à decisão final em sessão conjunta do Congresso, normalmente realizada em dezembro (com Agência Câmara).

Vai à sanção mudança no serviço militar do profissional de saúde

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou dois projetos de lei da Câmara que alteram regras do Estágio de Adaptação e Serviço (EAS) das Forças Armadas, o serviço militar obrigatório para profissionais de nível superior da área da saúde. Ambas as propostas foram relatadas por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), aprovadas em decisão terminativa e agora vão à sanção.

O PLC 90/10, do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), garante aos médicos que realizaram o EAS pontuação extra em provas de seleção para residência médica. O deputado justifica o benefício em função da dificuldade das Forças Armadas para convocar profissionais de saúde para estagiar em guarnições especiais das classes A ou B, localizadas em áreas de difícil acesso e com infraestrutura precária, como na Amazônia.

Os profissionais de saúde que

prestarem o EAS em guarnições especiais terão suas notas curriculares elevadas entre 5% e 15% nas provas de análise de currículo dos programas de residência na área de atuação.

O PLC 91/10, do Executivo, tem por objetivo tornar mais clara a legislação referente ao tema (Leis 4.375/64 e 5.292/67). O projeto disciplina a convocação, após a conclusão dos cursos de graduação, de médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários que não tenham prestado o serviço militar obrigatório tradicional. A dispensa concedida aos estudantes dessas áreas na época do alistamento precisa ser revalidada assim que concluírem o curso universitário. Nesse momento, será analisada a necessidade de incorporação ao serviço militar obrigatório, que poderá aguardar a conclusão de residência médica ou de pós-graduação. (Com informações da Agência Câmara)



Propostas foram relatadas na CRE pelo senador Mozarildo Cavalcanti (E)

Proposta revoga decretos sobre Forças Armadas

O Senado aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 89/06, de iniciativa do presidente da República, que revoga os decretos-lei 7.270/45 e 7.776/45. Eles tratavam sobre casos de invalidez e incapacidade física nas Forças Armadas e sobre a comissão de readaptação dos incapazes do setor.

A revogação deve-se ao fato de que o tema passou a ser regulamentado pelo Estatuto dos Militares (Lei 6.880/80) e a comissão de readaptação foi extinta em 1975. O projeto teve parecer favorável do relator na Comissão de Relações Exteriores (CRE), Romeu Tuma (PTB-SP). Aprovada em Plenário, a matéria vai à sanção.

Soldados pedem reintegração à Aeronáutica

Um grupo de ex-servidores da Força Aérea Brasileira aproveitou a semana de esforço concentrado no Senado Federal para pressionar os parlamentares pela aprovação de projeto de decreto legislativo que permite a reintegração de cerca de 12 mil soldados afastados da Aeronáutica de 2000 a 2008.

O projeto, apresentado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), susta artigo do decreto que autorizou o afastamento de soldados aprovados por concurso público para integrar a Aeronáutica.

Uma das alegações do Comando da Aeronáutica para a medida foi a de que o contrato era temporário.

Senado aprova e devolve ao exame da Câmara dos Deputados projeto que torna mais abrangentes os critérios para que uma profissão possa receber benefício



Em abril, vigilantes estiveram em Plenário quando pediram aprovação de adicional; projeto foi relatado na CAE por João Tenório (foto menor)

Vigilante e carteiro poderão ter direito a adicional de periculosidade

FOI APROVADO ONTEM pelo Senado projeto de lei da Câmara (PLC 220/09) que inclui a exposição a roubos ou outras espécies de violência física entre os critérios para a inclusão de uma profissão no grupo das que têm direito ao recebimento de adicional de periculosidade. A alteração na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) beneficia especialmente vigilantes, carteiros, empregados de empresas transportadoras de valores e outras profissões semelhantes. Por ter sofrido modificações no Senado, a matéria volta à Câmara dos Deputados.

Atualmente, a CLT reconhece como atividades ou operações perigosas somente as que implicam contato permanente com inflamáveis ou explosivos.

A Lei 7.369, de 20 de setembro de 1985, estendeu o direito ao adicional ao empregado que exerce atividade em setor de energia elétrica em condições de periculosidade.

Relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Paulo Paim (PT-RS) mencionou assaltos, agressão física, sequestro relâmpago, tentativa de homicídio e ameaças entre riscos a que estão submetidos os profissionais beneficiados pelo projeto.

“Com a medida não se visa privilegiar ou dar maiores ganhos salariais aos trabalhadores que desempenham suas funções em atividades perigosas, mas, sim, estimular a mudança de comportamento daqueles empregadores que, ao invés de buscar a prevenção ou a

diminuição dos riscos inerentes a certas atividades, com a adoção constante de medidas inovadoras de segurança do trabalho, pouco ou nada fazem para preservar a integridade do trabalhador”, observou Paim.

Já o relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), João Tenório (PSDB-AL), apresentou emenda para evitar que o custo excessivo do pagamento do adicional para quase todas as funções fosse repassado ao consumidor, com consequente perda de competitividade dos produtos e serviços no mercado interno e externo. João Tenório também explicitou no texto da emenda que deveriam ser descontados do adicional eventuais benefícios concedidos por meio de acordo coletivo.

Aprovada criação de cargos para o Ministério da Fazenda

Os senadores aprovaram ontem o PLC 134/10, que cria, no âmbito do Poder Executivo federal, cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) destinados ao Ministério da Fazenda. Pelo projeto, serão criados oito cargos DAS-5, sete DAS-4 e três DAS-3, DAS-2 e DAS-1.

Na exposição de motivos,

o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, diz que a intenção é resolver a necessidade de estruturação de unidades do Ministério da Fazenda, inclusive para atender adequadamente a gestão do Fundo Soberano do Brasil.

Ao analisarem a proposição, o relator e a relatora *ad hoc*, respectivamente os senadores

Romero Jucá (PMDB-RR) e Ideli Salvatti (PT-SC), afirmam que, com a aprovação, a administração pública terá as condições materiais necessárias para realizar esse objetivo. Acrescentam que a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2010, em seu Anexo V, já deixou previstos recursos para o fundo da ordem de R\$ 2,38 milhões.

Renan aponta expansão do ensino federal em Alagoas

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que a ampliação da rede federal de ensino de qualidade em Alagoas tem trazido resultados positivos para a população do estado, que chegava a quase 30% de analfabetos em 2005, o maior percentual do Nordeste, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Renan informou que, em 2007, 43% da população economicamente ativa de Alagoas tinha em média menos de sete anos de estudo formal. Segundo ele, os esforços do governo federal vêm possibilitando a interiorização da Universida-

de Federal de Alagoas, beneficiando Arapiraca, Palmeira dos Índios, Penedo, Viçosa, Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema e Porto Calvo, entre outros municípios. No final do ano passado, disse, foram obtidos R\$ 4,5 milhões que, somados a outros R\$ 8 milhões, contribuirão para a implantação dessas unidades de ensino.



Renan Calheiros

José Nery destaca encontro mundial sobre males do amianto

O senador José Nery (PSOL-PA) registrou a presença, na sessão plenária de ontem, de uma comitiva de especialistas que participaram do seminário internacional “Amianto e seus males: uma abordagem sociojurídica”, em Brasília.

José Nery explicou que os debates se concentraram nos danos provocados pelo amianto, que já foi banido em 58 países.

– De acordo com a Organização Mundial da Saúde, em nota técnica emitida em maio deste ano, a maneira mais eficiente de eliminar as doenças relacio-

nadas ao amianto é interromper o uso de todos os tipos da substância, uma vez que podem causar doenças gravíssimas, entre as quais vários tipos de câncer – afirmou.

Conforme o senador, os especialistas visitaram o Congresso Nacional para chamar a atenção para o assunto, levantando subsídios aos legisladores, magistrados e procuradores do país.



José Nery

Comissão de Assuntos Econômicos e Plenário aprovam no mesmo dia projeto de resolução de Arthur Virgílio que flexibiliza contratação de empréstimos



Senadores Delcídio Amaral (E) e Jayme Campos na reunião da CAE

Copa: estados vão contratar obras acima do limite de endividamento

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto de resolução (PRS 44/10) que flexibiliza os limites das operações de crédito interno e externo destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. A proposta – de autoria de Arthur Virgílio (PSDB-AM) e que altera a Resolução 43/01 do Senado Federal, sobre operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios – foi à promulgação. A matéria havia sido aprovada também ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com a resolução modificada, o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% da receita corrente líquida. Já o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos

na dívida consolidada não poderá exceder 11,05% da receita corrente líquida. Por sua vez, o montante da dívida consolidada, ainda de acordo com a Resolução 43/01, não poderá exceder o teto estabelecido pelo Senado.

Durante a discussão, o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), salientou a importância do projeto.

– Ele dá as condições para os estados contratarem empréstimos rapidamente, possibilitando as obras para a Copa do Mundo – disse.

Na justificativa do projeto, o senador Arthur Virgílio salienta que, devido à recente crise econômica, muitos estados estão com os limites da relação entre o serviço da dívida e a receita corrente líquida (RCL)

comprometidos.

“Tendo em vista a realização da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, torna-se imprescindível excepcionalizar o endividamento decorrente do financiamento da infraestrutura necessária à realização desses eventos de forma a não comprometer as finanças dos estados, mas que viabilizem tais investimentos”, argumenta.

A resolução foi aprovada durante o esforço concentrado iniciado ontem e que prossegue hoje.

Exceção

A Resolução 43/01 foi editada pelo Senado na tentativa de evitar o excessivo endivi-

damento dos estados ocorrido na década de 1990. Embora reconheça que a maioria dos estados chegou ao limite de comprometimento de sua receita corrente líquida com os serviços da dívida, o que impediria no-

vos empréstimos, Arthur Virgílio pediu que fosse aberta uma exceção para o financiamento das obras demandadas por esses eventos esportivos.

Romero Jucá concordou em excluir as operações de crédito dos estados para o fim dos limites de endividamento fixados pela Resolução 43/01, desde que autorizadas previamente pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Nessa mesma reunião, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou requerimento do senador José Bezerra (DEM-RN) para realização de audiência pública sobre o nível de endividamento de algumas empresas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Financiamento externo para seis estados

O Plenário do Senado aprovou ontem à tarde 11 operações de crédito externo, no valor total de US\$ 766 milhões, em benefício de seis estados (São Paulo, Bahia, Pernambuco, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), além do Ministério da Saúde. Os empréstimos já haviam sido aprovados, pela manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

São Paulo foi o estado com o maior número de empréstimos aprovados. Na verdade, o primeiro pedido apenas retificou contratação já autorizada, em julho passado, entre o governo estadual, o Banco do Japão para Cooperação Internacional e um consórcio de bancos japoneses, no valor de US\$ 130 milhões, para financiar parcialmente as obras do metrô paulistano.

Ainda na área de transportes públicos, o Senado aprovou operação de crédito externo entre o governo de São Paulo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 112,9 milhões, para viabilizar o projeto de modernização da linha 11 (coral) do metrô paulistano.

O governo estadual também solicitou a contratação, desta vez junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento

(BID), de US\$ 162,4 milhões para financiamento parcial do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica.

Empréstimos

As operações de crédito aprovadas ontem totalizam US\$ 766 milhões

UNIÃO	US\$ 67 milhões
SP	US\$ 130 milhões
	US\$ 112,9 milhões
	US\$ 162,4 milhões
BA	US\$ 10 milhões
	US\$ 30 milhões
PE	US\$ 10 milhões
	US\$ 75 milhões
SC	US\$ 90 milhões
RJ	US\$ 18,7 milhões
RS	US\$ 60 milhões

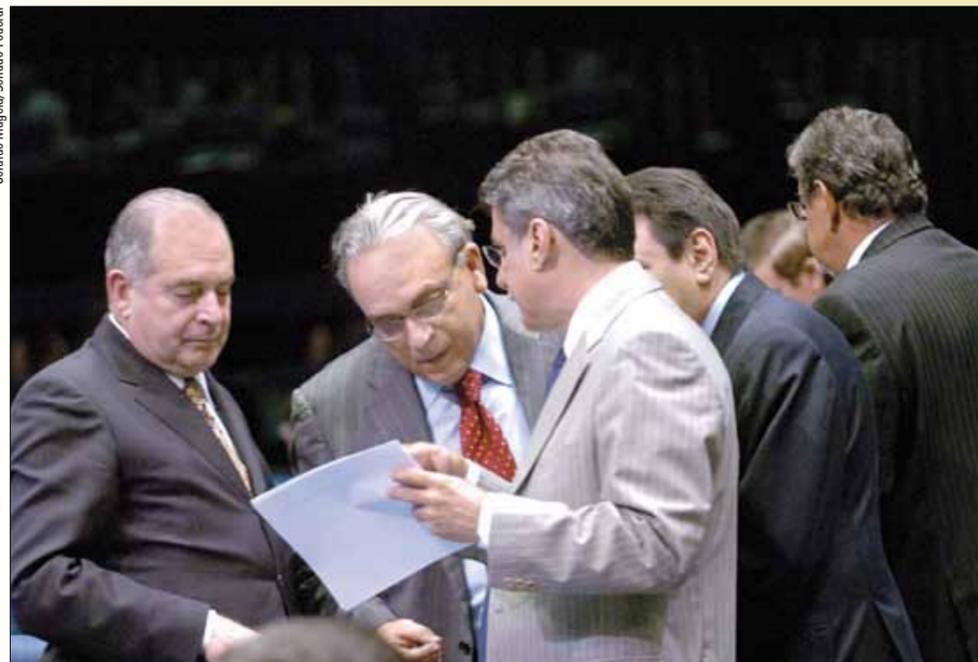
A Bahia foi contemplada com a aprovação de dois contratos de financiamento. O primeiro, de US\$ 10 milhões, foi negociado pelo governo estadual com o BID e vai custear parcialmente o Programa de Desenvolvimento Ambiental da Bahia. O segundo empréstimo virá do Bird, no valor de até US\$ 30 milhões, para o financiamento parcial de projeto de combate à pobreza rural no interior da Bahia.

Pernambuco teve o aval do Senado para realizar dois

empréstimos externos, negociados pelo governo estadual com o BID. Um deles pode chegar a US\$ 10 milhões, a serem investidos no aumento da produtividade e competitividade de empresas locais. O outro pode alcançar US\$ 75 milhões, recursos que ajudarão a financiar ações do Programa Nacional do Turismo (Prodetur) no estado.

Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul foram autorizados a realizar uma operação de crédito externo cada um. Enquanto Santa Catarina contratou US\$ 90 milhões do Bird para custear um programa de recursos hídricos, o Rio de Janeiro levantou, junto à mesma instituição financeira, US\$ 18,7 milhões a serem aplicados em ações de renovação e fortalecimento da gestão pública. Já o Rio Grande do Sul recorreu ao BID para obter empréstimo de até US\$ 60 milhões, que será empregado no fortalecimento da gestão fiscal do estado.

Por fim, o Senado autorizou operação de crédito externo entre a União e o Bird, no valor de até US\$ 67 milhões, para financiar ações do Ministério da Saúde no combate à Aids e às doenças sexualmente transmissíveis. Todos os pedidos de empréstimos tiveram o aval da União.



Antonio Carlos Júnior (E), Sérgio Guerra e Romero Jucá examinam autorizações de empréstimos pelos estados

Ratificados 14 acordos internacionais do Brasil

O Plenário do Senado aprovou a adesão do Brasil a 14 acordos internacionais. Os projetos de decreto legislativo, acolhidos um pouco antes pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), seguem para promulgação pela Mesa do Congresso Nacional.

Um desses projetos aprova texto do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho com novos procedimentos e cuidados nas atividades de transporte marítimo e operação de embarcações, incluindo plataformas de exploração de petróleo e gás. O texto, de 2007, atualiza a lista de substâncias capazes de poluir

o meio ambiente marinho.

Outro projeto endossa convenção sobre o acesso internacional à Justiça, assinado em outubro de 1980. O objetivo é assegurar que cada país signatário da convenção proporcione o acesso à Justiça aos cidadãos estrangeiros, inclusive com tradução do idioma.

Foi ainda aprovado projeto que acolhe convenção internacional para a proteção das pessoas contra o desaparecimento forçado. Outro PDS aprova emenda a convenção sobre proibição ou restrição ao emprego de armas excessivamente lesivas. A intenção é combater o abandono de campos minados.

Três acordos que prevêm o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes de pessoal diplomático foram assinados em 2009 com Togo, Bolívia e Botsuana e agora aprovados pelos senadores.

Foram acolhidos também acordos bilaterais com a África do Sul, a Arábia Saudita, a Líbia e a Jordânia. Já acordo com a Colômbia trata do trânsito de pessoas entre os dois países, e com o Suriname, de extradição. Um acordo trilateral entre Brasil, Índia e África do Sul sobre padronizações, regulações técnicas e avaliações de conformidade de produtos também foi acolhido

Valter Pereira afirma que, pelo que observou durante o debate na comissão temporária, há pontos da proposta que precisam ser revistos

Debatedores pedem alterações no projeto de CPC

ESPECIALISTAS QUE PARTICIPARAM ontem da primeira audiência pública da Comissão de Reforma do Código de Processo Civil (CPC) defenderam a necessidade de serem feitas algumas alterações no projeto. Foram ouvidos pela comissão representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB),

a Associação dos Juizes Federais (Ajufe) e do Executivo. Eles ressaltaram a necessidade de se adotar um novo código, por causa das mudanças sociais ocorridas no Brasil desde a elaboração do atual, em 1973.

Alguns dispositivos da proposta que, segundo os debatedores, precisam ser revistos se relacionam à predominância da jurisprudência

nas decisões, aos prazos para advogados públicos e aos novos instrumentos a serem instituídos – entre eles, o incidente de resolução de demandas repetitivas e as regras de punição dos envolvidos no processo.

Para o presidente do Conselho Federal da OAB, Ophir Cavalcante, a proposta de novo CPC valoriza a advocacia e mostra que o advo-

gado é essencial à administração da Justiça.

Ele ponderou que pode ser equivocada a previsão de que o novo código acabará com o excesso de "litigiosidade", como teria sido argumentado pelos juristas que elaboraram o anteprojeto. Segundo Ophir Cavalcante, a demanda pelos serviços do Judiciário tem aumentado porque há maior

consciência dos cidadãos sobre seus direitos e também porque esses direitos são desrespeitados, principalmente pelo Estado.

Jurisprudência

O jurista recomendou uma reflexão sobre a prevalência da jurisprudência nas decisões judiciais, como prevê o projeto. Seu temor é que isso leve a uma "ditadura dos tribunais".

Ophir Cavalcante disse se preocupar com a aplicação da nova medida prevista no projeto como "incidente de resolução de demandas repetitivas", para os casos de demandas coletivas. Em sua opinião, é necessário aperfeiçoar esse dispositivo para que a parte na causa tenha o direito de dizer que quer a continuidade do processo, mesmo quando houver decisão judicial pela suspensão tendo em vista a similaridade com outras ações.

Ele sugeriu também uma revisão da figura do *amicus curiae* (amigo da corte) para que seja dada a chance de a parte se manifestar contrariamente à participação de um *expert* em determinado assunto no processo, se considerar que essa pessoa ou entidade será parcial ou oferece risco de contaminar a decisão.



Na audiência pública, Alexandre Imenez, Ophir Cavalcante, Valter Pereira (relator do projeto), Acir Gurgacz, Paulo Henrique Silva e Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves

Magistrado defende julgamento em ações com foro estrangeiro

O desembargador Paulo Henrique Silva, que representa a AMB, propôs a retirada do artigo 24 da proposta de novo CPC. O dispositivo exclui da competência brasileira o julgamento de ações em que houver cláusula de eleição de foro estrangeiro para decisão. Para o magistrado, isso poderá beneficiar empresas multinacionais com sede no Brasil, que escolham foros em outros países, mesmo se o contratante for brasileiro e o contrato disser respeito a negócio no Brasil.

De modo geral, ele considerou o projeto bom e afirmou ter esperança de o Congresso não realizar profundas modificações na proposta. Mesmo assim, destacou a necessidade de o novo CPC atender ao fenômeno que ele denomina "judicialização da vida", experimentado atualmente pela

sociedade brasileira. Em sua opinião, o código atual, embora venha passando por minirreformas desde 1992, ainda mantém uma estrutura pesada, que onera o sistema de prestação da Justiça e sobrecarrega os profissionais da área.

Paulo Henrique Silva apontou ainda que o projeto dificulta o pagamento dos honorários de perito por parte dos estados em causas envolvendo pessoas carentes. Ele sugeriu o estabelecimento de verba pública para essa finalidade.

Prazo

Mesmo ressaltando que o projeto contém avanços, sobretudo na sistematização da legislação civil, o representante da Ajufe, Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves, destacou entre os pontos que merecem alteração o prazo de 30 dias úteis

para que a advocacia pública se manifeste. Esse período poderá retardar a solução definitiva dos casos, afirmou, sugerindo que o prazo seja de 30 dias corridos.

Provas

Já o diretor do Departamento de Processo Legislativo da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Alexandre Imenez, manifestou preocupação com aspectos como a possibilidade de utilização da prova ilícita; a punição para o réu que não comparecer à audiência de conciliação (o que em sua avaliação não é razoável); a responsabilização prevista para os juizes, integrantes do Ministério Público e servidores públicos que, no seu entendimento, é inconstitucional; e a ausência de normas para o usucapião.

Projeto de CPC tem pontos a ser calibrados, diz Valter Pereira

O relator-geral da comissão temporária que examina o projeto de lei (PLS 166/10) que reforma o Código de Processo Civil (CPC), Valter Pereira (PMDB-MS), disse não ter intenção de "virar pelo avesso" o que foi produzido pela comissão de juristas responsável pela elaboração do anteprojeto de reformulação. Afirmou, no entanto, que "há pontos que precisam ser calibrados", de acordo com o observado na primeira audiência pública, realizada ontem, e em outra que ocorreu na Advocacia-Geral da União.

Segundo ele, "o novo CPC terá que exprimir não uma tendência de determinado segmento, mas o pensamento médio de todos os operadores do Direito".

Valter Pereira destacou também a possibilidade de participação de todos os brasileiros no processo de análise do novo código, com o envio de sugestões

por meio de um *link* que ficará disponível no *site* do Senado até 30 de setembro.

– É mais uma ferramenta de interação do Senado com a sociedade para que o Código de Processo Civil receba todas as sugestões que possam aprimorá-lo.

Também compareceram à reunião – presidida por Acir Gurgacz (PDT-RO), um dos sub-reletores do código – os senadores José Nery (PSOL-PA), Regis Fichtner (PMDB-RJ) e Augusto Botelho (sem partido-RR). A próxima audiência pública da comissão será quinta-feira no Recife. Ainda em setembro serão realizadas audiências em Belo Horizonte (3), São Paulo (9), Florianópolis (10), Rio de Janeiro (13), Salvador (14), Campo Grande (20) e Goiânia (21).

Acir Gurgacz informou que está sendo estudada a realização de audiências em Belém e em Porto Velho.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Heráclito Fortes • Níura Demarchi • Serys Slhessarenko • José Bezerra • João Faustino • Belini Meurer

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Mário Couto acusa governo do Pará por recorde de violência

O senador Mário Couto (PSDB-PA) disse que o Pará bateu o recorde de assassinatos em sua história, tendo sido classificado pela imprensa como o estado mais violento do país.

– Arriscaria dizer que Belém é a cidade mais violenta do mundo, sem aqui estar exagerando nada – observou.

A violência já chegou às escolas, deixando os jovens sem condições de frequentar as aulas em Belém, de acordo com o senador. Há poucos dias os jornais do estado noticiaram ataques a meninas nas escolas: uma foi esfaqueada sete vezes dentro de sala de aula e outra foi violentamente espancada.

– Os paraenses estão dominados pelos ladrões, estão



Mário Couto

dominados pelos bandidos sem que se tome nenhuma providência – disse o senador.

Mário Couto observou que falava em nome de 7 milhões de paraenses que não ousam mais andar nas ruas depois das 22h, pois tiveram cassado o direito constitucional de ir e vir.

O senador disse também que a governadora Ana Júlia Carepa contratou fora do estado, e sem licitação, 450 veículos para mostrar uma ação de impacto na área de segurança pública. Segundo o senador, a empresa Delta foi contratada para alocar esses veículos para a polícia militar, o que levou a assembleia legislativa a criar uma CPI para investigar o contrato.

Belini Meurer elogia Executivo pelo combate às drogas

Belini Meurer (PT-SC) elogiou as ações do governo federal no combate ao tráfico de drogas e à violência e lembrou o lançamento, em maio, pelo presidente Lula e pelo ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack. Com investimento de R\$ 400 milhões para este ano, o plano reúne e fortalece projetos de enfrentamento às drogas já desenvolvidos por meio do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronas).

Com a atuação conjunta de vários ministérios e órgãos ligados à segurança pública, o senador disse que o objetivo é fazer um diagnóstico do consumo do crack, para desenvolver ações que garantam tratamento



Belini Meurer

e reinserção social, informação e orientação, formação de recursos humanos e desenvolvimento de metodologias e enfrentamento ao tráfico.

Belini Meurer acrescentou que projetos estratégicos já vêm fazendo um trabalho de prevenção e informação, como é o caso do Serviço Nacional de Orientação e Informação sobre a Prevenção do Uso Indevido de Drogas, por meio do número 0800-5100015, e da rede de pesquisa sobre drogas, que promove a formação, o intercâmbio e a descentralização de recursos humanos em pesquisas sobre drogas, com 600 pesquisadores cadastrados e 309 grupos de pesquisas identificados.

Malta defende plebiscito sobre prisão perpétua para pedófilos

Magno Malta (PR-ES) defendeu em discurso a instituição da pena de prisão perpétua para o crime de pedofilia. O senador, que preside a CPI da Pedofilia, anunciou que vai propor a convocação de um plebiscito sobre a prisão perpétua e adiantou que já está com um ofício nesse sentido pronto para ser encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ele esclareceu que tomou essa decisão ao verificar o crescimento dos casos de pedofilia no país, em sua campanha contra esse tipo de delito.

Malta explicou também que a denúncia, nos casos de pedofilia, é privada e não pública. Assim, o Ministério Público só pode atuar se for autoriza-



Magno Malta

do pela família da criança ou se receber a denúncia da própria vítima no prazo estabelecido pela legislação. A lei estabelece um prazo de seis meses após a vítima completar 18 anos de idade para a denúncia ser feita.

Passado o prazo, o crime deixa de existir.

Malta informou que projeto de sua iniciativa já aprovado no Senado e em tramitação na Câmara torna o crime de pedofilia uma ação civil pública, dando autonomia ao MP para denunciar o pedófilo. O projeto também muda o critério de prescrição para a vítima denunciar o abuso. O prazo de prescrição só passaria a correr após a vítima completar 18 anos.

Em reunião fechada, Demetrius Felinto pode falar sobre vídeos que comprovariam encontro entre a então ministra Dilma Rousseff e a então secretária da Receita Lina Vieira

Ex-funcionário do Planalto deve ser ouvido hoje pela CCJ

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a realização de audiência fechada, apenas com senadores, para ouvir o ex-funcionário do Palácio do Planalto Demetrius Sampaio Felinto sobre suposta existência de vídeos que comprovariam encontro da então ministra Dilma Rousseff com a então secretária da Receita Federal Lina Vieira. Segundo o presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), a intenção é que a audiência seja realizada hoje.

Em 2009, Lina Vieira disse que Dilma Rousseff lhe havia pedido para agilizar as investigações referentes às empresas da família do presidente do Senado, José Sarney.

De acordo com o ofício lido ontem por Demostenes, Demetrius Felinto, que é funcionário do Senado e em 2009 estava cedido à Presidência da República, alegou que estaria recebendo “ameaças veladas” por meio da internet. Demostenes informou



Alvaro (D, ao lado de Demostenes) é autor do requerimento para ouvir Demetrius

que, se necessário, pedirá proteção policial para Felinto.

Também não compareceu à CCJ o corregedor-geral da Receita Federal, Antonio Carlos Costa d'Ávila Carvalho. Ele falaria sobre a quebra de sigilo fiscal e o vazamento de dados de dirigentes do PSDB, entre eles o vice-presidente do partido, Eduardo Jorge Caldas Pereira. Carvalho alegou que a investigação corre sob sigilo.

O ex-presidente do Fundo de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) Sérgio Rosa e o ex-gerente de Planejamento do fundo Gerardo Santiago também não compareceram a audiência, requerida pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), para esclarecer denúncia publicada pela revista *Veja* de que a Previ seria “uma fábrica de dossiês contra opositores do governo do PT”.

CCJ pode convocar Mantega para falar sobre quebra de sigilo

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, poderá ser convocado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para esclarecer o vazamento de dados fiscais do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge Caldas Pereira, e de outros integrantes da oposição. O requerimento para ouvir Mantega foi protocolado ontem pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR) e, segundo o presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), será votado hoje.

Segundo Alvaro Dias, também autor do requerimento para ouvir o corregedor da Receita, Antonio Carlos d'Ávila Carvalho, a exposição de dados sigilosos de contribuintes mostra a fragilidade do sistema. A quebra de sigilo fiscal não é um crime comum, disse, mas

“um crime de características especiais do aparelhamento do Estado”.

– O governo vai se consolidando como um governo que abriga marginais em seu subterrâneo, impunemente. Trata-se de um estado policial, que se utiliza da espionagem criminosa para tentar alvejar adversários – afirmou Alvaro.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que a CCJ convide o ministro da Fazenda, em vez de convocá-lo, já que, afirmou, “Mantega nunca se negou a prestar esclarecimentos” ao Senado.

Contudo, o senador Alvaro Dias e o presidente da CCJ rejeitaram a proposta.

– Estamos convidando as autoridades e elas estão se negando a comparecer. Temos que mudar nossa forma legislativa



Proposta de Suplicy para convidar o ministro da Fazenda foi rejeitada

de agir – disse Demostenes.

Ao ser questionado sobre a data da convocação, Demostenes explicou que, por depender de ofício enviado pelo presidente do Senado, José Sarney, o ministro seria ouvido possivelmente depois das eleições de outubro.

Demostenes garantiu que haverá quórum para as votações de hoje na CCJ.

Roberto Cavalcanti critica empresas de cartões de crédito

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) protestou mais uma vez ontem contra o poder das administradoras de cartões de crédito. Segundo ele, duas das grandes bandeiras estão “duopolizando” o mercado no Brasil e dando ensejo a uma série de abusos, que permitiram o enriquecimento acelerado e o crescente poder econômico delas.

– Tenho a firme convicção de que denunciar esses abusos é nosso dever e combatê-los é obrigação do governo federal. Estamos falando de um mercado que cresceu 20% ao ano nos últimos dez anos. Estamos falando

de um setor que movimentou R\$ 535 bilhões e faturou mais de R\$ 40 bilhões no último ano, somente no Brasil – afirmou.

Ele observou que a taxa de juros cobrada pelas administradoras é a mais alta do mundo, nunca inferior a 10% ao mês. Para ele, essa situação pode ser classificada como “extorsão”. Ele disse que, antigamente, as desculpas eram a instabilidade econômica, a alta inflação e os altos índices de inadimplência, mas hoje a economia está estabilizada e a inflação está sob controle há 15 anos.

– Os juros mensais do cartão



Juro cobrado pelas administradoras é o mais alto do mundo, diz Cavalcanti

de crédito, porém, continuam na casa das dezenas. Duas empresas dividem o butim e criam empecilhos à admissão de novas concorrentes.

Levantamento do DataSenado indica que 88% não votariam em candidato condenado pela Justiça, mesmo que não existisse a Lei da Ficha Limpa

Pesquisa mostra que eleitor rejeita corrupção

O POLÍTICO QUE “rouba, mas faz” pode estar com a carreira em perigo. Pelo menos é o que se depreende da última pesquisa realizada pelo DataSenado neste período pré-eleitoral. De acordo com o levantamento, 88% dos eleitores consideram a corrupção inaceitável, mesmo que o político tenha feito um bom governo. Foram ouvidos 1.315 cidadãos maiores de 16 anos, em 119 municípios de todas as regiões brasileiras.

Embora individualmente se considerem vigilantes da atuação e do histórico dos candidatos, a maioria dos brasileiros não acredita que a população esteja atenta a isso, nem que leve em consideração a vida pregressa dos candidatos na hora de decidir o seu voto. Enquanto 88% dos entrevistados afirmaram que não votariam em candidatos condenados pela Justiça, mesmo se a Lei da Ficha Limpa não existisse, 64% acreditam que a população de forma geral não teria esse cuidado e seria

capaz de votar em candidatos “ficha suja”.

A desconfiança na capacidade de discernimento da sociedade para eleger seus representantes está mais presente entre os jovens – 73% na faixa de 16 a 19 anos e 75% na faixa de 20 a 29 anos – e diminui com o aumento da idade, caindo a 45% entre a população com mais de 60 anos.

A possibilidade de reeleição foi apoiada por 66% dos eleitores; 20% se declararam contrários.

Financiamento

Outro tema objeto do levantamento foi o financiamento das campanhas. Para 21% dos entrevistados, a legislação deveria permitir apenas o financiamento público; 49% declararam que as candidaturas devem contar somente com recursos privados.

A pesquisa também procurou saber se o eleitor iria às urnas se o voto não fosse obrigatório no país. E descobriu que 62%

A ficha do eleitor

Foram ouvidos, por telefone, 1.315 eleitores de 119 municípios, de todas as regiões, incluindo todas as capitais, entre 12 e 24 de agosto. A margem de erro é de 3% e o nível de confiança é de 95%



exerceriam seu direito de votar nas eleições de 2010 mesmo se o voto fosse facultativo. A região Sul apresentou maior porcentagem de entrevistados que votariam mesmo se o voto

não fosse obrigatório (68%), enquanto os moradores da região Norte mostraram-se os menos engajados no processo eleitoral, com 57% de respostas confirmando o voto mesmo sem

obrigatoriedade.

A pesquisa foi feita entre 12 e 24 de agosto de 2010 e a margem de erro é de 3%, com nível de confiança de 95%. (Leia mais na edição de amanhã.)



Waldemir Barreto/Senado Federal

Pedro Simon ressalta a importância da decisão para muitos casos semelhantes

Simon destaca julgamento de Roriz pelo TSE

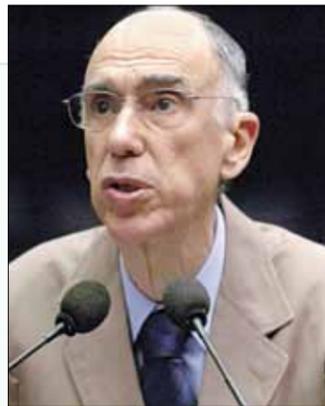
Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou expectativa de que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmasse a decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal de impugnar a candidatura de Joaquim Roriz a governador. A confirmação acabou acontecendo horas depois, quando o recurso de Roriz foi julgado improcedente.

Simon lembrou que, em 2007, Roriz renunciou a mandato de senador para não ser cassado. E assim, pela Lei da Ficha Limpa, não poderia ser candidato.

O parlamentar ressaltou a importância da decisão do TSE, porque se estenderá a outros casos.

Ele assinalou que a Constituição determina que, a fim de proteger a moralidade para o exercício do mandato, deve ser considerada a vida pregressa do candidato.

– Nós fizemos a nossa parte. Se essa decisão for tomada como se espera, estaremos dando um segundo passo. Lembrem-se que eu disse que nós tínhamos dado um passo inicial na campanha para mudar Brasília e a história do Brasil quando votamos a lei? Com a decisão do TSE, estaremos dando o segundo passo – declarou o senador.



Gerardo Magela/Senado Federal

Maciel faz balanço de atividades e recebe apoio de senadores

Marco Maciel diz que faz política “com P grande”

Em pronunciamento de mais uma hora, Marco Maciel (DEM-PE) resumiu ontem as ações de seus sucessivos mandatos na vida pública e disse que “a divergência é prova da vitalidade política e da natureza apaixonada de nossas convicções”. Destacou também que faz política “com P grande”. Em apertes, alguns senadores consideraram o discurso uma resposta ao presidente Lula, que criticou Maciel.

Candidato à reeleição, Marco Maciel disse que o Brasil “não pode ser o país da injustiça e da exclusão, o da fartura em que ainda sobrevive a miséria”. Ressaltou que o país não se modernizará apenas com reformas econômicas nem progredirá somente com mudanças sociais, mas que o processo de transformação passa, sobretudo, pela reforma política.

Além de historiar sua longa atividade política, Maciel citou diversas ações desenvolvidas em Pernambuco ao longo de seus mandatos eletivos.

Em apertes, recebeu apoio de João Faustino (PSDB-RN), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Papaléo Paes (PSDB-AP), Augusto Botelho (sem partido-RR) e Heráclito Fortes (DEM-PI).



Gerardo Magela/Senado Federal

Senador acusa governo de “tentar dizimar” parlamentares de oposição

Heráclito: governo “usa truculência” contra senadores

Heráclito Fortes (DEM-PI) acusou o governo federal de “usar a truculência para tentar dizimar a qualquer custo” os senadores que lhe fizeram oposição nos últimos anos. Ele citou como “vítimas de grosserias” os senadores Marco Maciel (DEM-PE), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino (DEM-RN).

– Infeliz é um país que não tenha no Senado da República, que é a Casa do equilíbrio e da revisão, uma oposição consciente para fiscalizar, como é seu objetivo, as atividades do presidente e do seu governo. Este governo precisa se lembrar de que foi formado no seio da oposição e que praticou uma oposição radical, muitas vezes até irresponsável – afirmou.

Heráclito Fortes disse que, “no Piauí, o fato é muito mais grave” e que o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, “casado com uma piauiense”, passou a “ditar regras, definir candidaturas, dizer quem deve ganhar e quem deve perder e a usar a máquina administrativa em favor dos políticos de sua preferência”.

O senador sustentou que “a corrupção no Piauí ganhou dimensões nunca vistas”.



Gerardo Magela/Senado Federal

Dornelles defende separação entre as eleições federais e as estaduais

“Constituinte exclusiva é golpe”, afirma Dornelles

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) enfatizou ontem que defende uma reforma política, mas discorda totalmente da ideia de se convocar uma constituinte exclusiva para tratar do assunto. Ele sugeriu que os partidos se reúnam logo após as eleições e procurem corrigir “alguns aspectos da legislação eleitoral”.

– No momento em que admitirmos que será possível uma constituinte para a reforma política, em seguida virá constituinte exclusiva para reforma econômica, para reforma social, para reforma dos poderes. Constituinte exclusiva é golpe, é chavismo – sustentou.

Dornelles voltou a defender a separação das eleições federais das estaduais, permitindo a escolha de presidente, senadores e deputados federais em um pleito e, no seguinte, a votação para governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. Como está hoje, avaliou, surgem dificuldades por causa das coligações diferentes para os estados e o governo federal.

– Hoje, a eleição estadual, em alguns casos, comanda a eleição nacional e, muitas vezes, a eleição nacional comanda o resultado estadual – disse.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Dilma Rousseff acerta ao combater desigualdade na infância, diz Serys

Serys elogia proposta de mais 6 mil creches

A senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) elogiou ontem proposta de construção de 6 mil creches contida no programa de governo da candidata à Presidência Dilma Rousseff.

De acordo com Serys, Dilma tem razão ao considerar que a construção de creches de qualidade poderá contribuir para a erradicação das desigualdades sociais no país.

– Dilma foi muito feliz ao defender sua ideia afirmando que é na infância que está a raiz maior da desigualdade. Uma criança que nasce em condições de ser estimulada e frequenta creche paga chega ao primeiro ano com melhores condições do que aquela que não tem o mesmo estímulo.

A parlamentar aplaudiu ainda a inclusão, na iniciativa de construção de creches, do programa Rede Cegonha, que integra o tratamento à mulher desde a gravidez, passando pela maternidade e finalizando com o atendimento ao bebê.